

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

**LEI Nº 708**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA PARA  
O EXERCÍCIO DE 1995.**

**AILTON LAUDELINO ANDRADE**, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento da Prefeitura Municipal de Angelina para o exercício de 1995, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.270.000,00 (um milhão, duzentos e setenta mil reais), a preços de setembro de 1994.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

1. <u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>R\$</u>	<u>898.000,00</u>
1.1 Receita Tributária	R\$	59.000,00
1.2 Receita Patrimonial	R\$	20.000,00
1.3 Receita Agropecuária	R\$	5.000,00
1.4 Receita de Serviços	R\$	6.000,00
1.5 Transferências Correntes	R\$	800.000,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$	8.000,00
2. <u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	<u>R\$</u>	<u>272.000,00</u>
2.1 Operações de Crédito	R\$	20.000,00
2.2 Alienação de Bens	R\$	15.000,00
2.3 Transferências de Capital	R\$	336.000,00
2.4 Outras Receitas de Capital	<u>R\$</u>	<u>1.000,00</u>

**T O T A L   CR\$   1.270.000,00**

Art. 3º - A Despesa será realizada em conformidade com os anexos integrantes desta Lei, por órgãos, funções, programas, sub-programas, projetos, atividades e elementos de despesa, distribuídos da seguinte maneira:

1. <u>DESPESAS POR ÓRGÃOS</u>		
01 - Câmara de Vereadores	R\$	34.400,00
02 - Gabinete do Prefeito	R\$	56.000,00
03 - Depto Administ.Finanças	R\$	98.000,00
04 - Depto Educ.Saúde Assist.Soc.		
Cultural e Esportes	R\$	386.610,00
05 - Depto Transp.Obras Serv.Pub	R\$	468.800,00

06 - Depto Agric.Meio Amb. Ind.		
Comércio e Turismo	R\$	133.600,00
07 - Encargos Gerais	R\$	81.075,00
08 - Reserva de Contingência	R\$	<u>11.515,00</u>
T O T A L	R\$	1.270.000,00

## 2. DESPESAS POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$	34.400,00
03 - Administração Palnejamento	R\$	191.150,00
04 - Agricultura	R\$	133.600,00
05 - Comunicações	R\$	5.000,00
07 - Desenvolvimento Regional	R\$	6.825,00
08 - Educação e Cultura	R\$	290.200,00
10 - Habitação Urbanismo	R\$	32.300,00
13 - Saúde Saneamento	R\$	83.760,00
15 - Assistência Previdência	R\$	49.750,00
16 - Transportes	R\$	431.500,00
99 - Reserva de Contingência	R\$	<u>11.515,00</u>

T O T A L      CR\$ 1.270.000,00

## 3. DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$	778.135,00
Despesas de Custeio	R\$	712.300,00
Pessoal	R\$	386.400,00
Material de Consumo	R\$	188.000,00
Serviços Terceiros e Encargos	R\$	137.400,00
Diversas Despesas de Custeio	R\$	500,00
Transferências Corrente	R\$	65.835,00
Transf. a Instituições Priv.	R\$	7.325,00
Transferências a Pessoas	R\$	29.110,00
Encargos da Dívida Interna	R\$	22.200,00
Cont.Form.Pat.Serv.Pub-PASEP	R\$	7.200,00

DESPESAS DE CAPITAL	R\$	480.350,00
Investimentos	R\$	449.400,00
Obras e Instalações	R\$	237.000,00
Equipamentos Mat. Permanente	R\$	212.400,00
Inversões Financeiras	R\$	16.000,00
Cons.Aum.Cap.de Emp.Com.Financ.	R\$	6.000,00
Aquisição Mat.p/ Revenda	R\$	10.000,00
Transferências de Capital	R\$	14.950,00
Amortização da Dívida Interna	R\$	14.950,00
Reserva de Contingência	R\$	<u>11.515,00</u>

T O T A L      CR\$ 1.270.000,00

Art.4º - Considerando que os valores constantes do orçamento estão a preços de setembro de 1994 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a corrigi-los em 01/01/95 com base na variação do IGPM ocorrido nos meses de setembro a dezembro de 1994.

Art.5º - O saldo das dotações, no último dia de cada mês serão corrigidas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal com base no IGPM do mês, ou no incremento da receita apurado em relação ao mês anterior, adotando o menor índice entre os dois .

Art.6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a suplementar por ato do Executivo Municipal, as dotações que apresentarem deficiência no decorrer da execução orçamentária.

Art.7º - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta Lei e realizar em qualquer mês do exercício Financeiro, Operações de Crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de caixa.

— Único: Excluem-se desse limite, os Créditos Adicionais Suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no Exercício e aqueles decorrentes do disposto no artigo 5º desta Lei.

Art.8º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Estadual e Federal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art.9º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 1995, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 25 de novembro de 1994.

**AILTON LAUDELINO ANDRADE**  
**PREFEITO MUNICIPAL**